

Patrimônio Separado das Séries 1, 2 e 3 da décima primeira emissão

Código IF N° CRA019002S6, CRA019002S7 e
CRA019002S8

**Demonstrações financeiras em
30 de setembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações de resultado	8
Demonstrações do fluxo de caixa - Método Direto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À Administradora e aos Investidores do

Patrimônio Separado das Séries 1, 2 e 3 da décima primeira emissão - Código IF Nº CRA019002S6, CRA019002S7 e CRA019002S8

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado das Séries 1, 2 e 3 da 11ª emissão - Código IF Nº CRA019002S6, CRA019002S7 e CRA019002S8 ("Patrimônio Separado"), administrado pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Securitizadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas para o exercício findo em 30 de setembro de 2020 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos patrimônios separados regidos pela Lei 9.514/97, e também consideram as disposições previstas na ICVM 480/2009 para elaboração dessas demonstrações financeiras de propósito especial, conforme nota explicativa nº 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Patrimônio Separado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e restrição sobre o uso

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 que descreve que a base contábil dessas demonstrações financeiras, elaboradas exclusivamente para atendimento da Lei 9.514/97 e do art. 25-A da ICVM 480/2009, que requer que as Securitizadoras considerem cada patrimônio separado, não consolidado, como uma entidade que reporta. Consequentemente, as demonstrações financeiras podem não servir para outra finalidade. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) dos direitos creditórios (Nota explicativa nº 5 e 7)

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
O valor recuperável dos direitos creditórios detidos pelo Patrimônio Separado é determinado por meio de estudo técnico, o qual contempla a utilização de julgamentos e premissas relevantes, que incluem análises sobre fatores externos, condições econômicas gerais e capacidade de liquidação futura pelo devedor/cedente, bem como fatores internos, tais como histórico de pagamentos e garantias. Esses fatores são considerados na identificação de indícios de perda por redução ao valor recuperável dos direitos creditórios bem como no cálculo do valor recuperável. Devido à relevância e ao nível de julgamento inerente à determinação do valor recuperável dos direitos creditórios, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none">– avaliação do histórico de pagamentos e capacidade de liquidação futura;– avaliação dos cálculos matemáticos; e– avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras do Patrimônio Separado. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos dos direitos creditórios no tocante à sua recuperabilidade, bem como as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 30 de setembro de 2020.</p>

Lastro dos direitos creditórios (Nota explicativa nº 5 e 7)

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Devido à relevância do saldo em direitos creditórios, detidos pelo Patrimônio Separado em 30 de setembro de 2020 e, pelo fato de não existir uma câmara de liquidação ou um mercado organizado de negociação de direitos creditórios no país, por meio do qual seja possível efetuar o controle da custódia de acordo com as negociações efetuadas, consideramos a verificação da existência dos lastros dos direitos creditórios como um assunto significativo para a nossa auditoria.	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none">– teste de existência por meio da inspeção da totalidade dos documentos que comprovam os lastros desses direitos creditórios;– avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras do Patrimônio Separado. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos dos direitos creditórios no tocante à sua existência, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 30 de setembro de 2020.</p>

Responsabilidades da administração da Securitizadora pelas demonstrações financeiras

A administração da Securitizadora é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos patrimônios separados, regidos pela Lei 9.514/97 e que também consideram as disposições previstas na ICVM 480/2009, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração da Securitizadora é responsável, dentro das prerrogativas previstas na Lei 9.514/97, pela avaliação da capacidade do Patrimônio Separado continuar operando conforme o Termo de Securitização dos Créditos, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles

internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

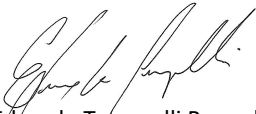
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Patrimônio Separado.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Patrimônio Separado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Patrimônio Separado a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Eduardo Tomazelli Remedi
Contador CRC 1SP-259915/O-0

Patrimônio Separado - 11ª emissão

Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2020	2019	Passivos	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.106	10.293	Certificados de recebíveis	8	83	524
Direitos creditórios do agronegócio	7	89	578	Montante retido para liberação	6	125	10.173
				Fundo de Retenção	6	1.854	-
				Fundo de Despesa	6	127	120
				Outros passivos	5.g.	6	54
Total do ativo circulante		2.195	10.871	Total do passivo circulante		2.195	10.871
Direitos creditórios	7	17.600	17.600	Certificados de recebíveis	8	17.600	17.600
Total do ativo não circulante		17.600	17.600	Total do passivo não circulante		17.600	17.600
Total do ativo		19.795	28.471	Total do passivo e patrimônio líquido		19.795	28.471

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Patrimônio Separado - 11ª emissão

Demonstrações de resultado

Exercício findo em 30 de setembro de 2020 e período de 21 de maio a 30 de setembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
RECEITAS COM INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
Direitos creditórios		1.305	578
Total das receitas da intermediação financeira		1.305	578
DESPESAS COM INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
Captação no mercado		(1.299)	(524)
Total das despesas da intermediação financeira		(1.299)	(524)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		6	54
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Resultado financeiro		52	2
Resultado de operações sujeitas a regime fiduciário	5.g	(58)	(56)
Total de outras receitas (despesas) operacionais		(6)	(54)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO/PERÍODO		-	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Patrimônio Separado - 11ª emissão

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Direto

Exercício findo em 30 de setembro de 2020 e período de 21 de maio a 30 de setembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Entradas de caixa		
(+) Integralização dos Investidores	-	17.600
(+) Retenção de recursos a repassar para a Devedora	-	10.173
(+) Constituição de Fundo de Despesas	-	2.021
(+) Constituição de Fundo de Retenção	1.856	-
(+) Recebimentos de direitos creditórios	1.794	-
(+) Recomposição de Fundo de Despesas	1.169	-
(+) Resultado de aplicação financeira	52	2
Caixa líquido das atividades operacionais	4.870	29.796
Saídas de caixa		
(-) Compra de direitos creditórios	-	(17.600)
(-) Liberação de recursos para a Devedora	(10.049)	-
(-) Pagamento - fee de estruturação	(797)	(1.367)
(-) Pagamentos de despesas diversas	(475)	(536)
(-) Pagamento de juros de certificados de recebíveis - CRA	(1.736)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(13.057)	(19.503)
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(8.187)	10.293
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período	10.293	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício/período	2.106	10.293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (“Emissora” ou “Companhia”) com sede e foro na Avenida Pedroso de Moraes, 1553 - 3º andar - Pinheiros, São Paulo/SP, é uma Sociedade por ações com registro na CVM - Comissão de Valores Mobiliários em 15 de julho de 2009, que possui como objetivo social a aquisição de quaisquer direitos creditórios do agronegócio com a consequente emissão de recebíveis do agronegócio no mercado financeiro e de capitais, e a realização e/ou prestação de negócios e/ou serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio prevista na Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, incluindo, mas não se limitando, a emissora, recuperação e alienação de direitos creditórios do agronegócio.

No desempenho do seu objeto social e na condição de emissora dos certificados de recebíveis do agronegócio e em cumprimento ao disposto no art. 12 da Lei 9.514, de 20 de novembro de 1997 e da Instrução Normativa CVM nº 600 (“ICVM nº 600”), de 01 de agosto de 2018, a Companhia constituiu o Patrimônio Separado (“Patrimônio Separado”) aos quais se referem as demonstrações financeiras ora disponibilizadas, relativas ao exercício findo em 30 de setembro de 2020.

A Emissora constituiu o patrimônio separado da Série 1, 2 e 3 - 11ª emissão, o qual possui as seguintes características:

- i. Datas de início e término da emissão: 21 de maio de 2019 e 30 de agosto de 2022, respectivamente.
- i. Sumário das operações efetuadas: Emissão lastreada em direitos creditórios do agronegócio.
- ii. Critérios previstos para a revolvência dos direitos creditórios: A operação tem previsão de aquisição de novos direitos creditórios durante o seu curso. A revolvência deve ser exercida até 28 de fevereiro de 2022, onde a devedora deverá substituir, total ou parcialmente, as duplicatas, as CPRFs e os Recebíveis de Compra e Venda cedidos fiduciariamente nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, que tenham sido quitados, por novas Duplicatas, CPRFs e Recebíveis de Compra e Venda que atendam aos Critérios de Elegibilidade, nos termos da Clausula 5.1 do Contrato de Cessão Fiduciária da operação.
- iii. Forma de utilização de derivativos e os riscos envolvidos: A emissão não conta com a contratação de instrumentos financeiros derivativos, motivo pelo qual não foram identificados riscos relacionados à contratação desses instrumentos na estrutura dessa

Emissão.

- iv. Garantias envolvidas na estrutura da securitização, tais como sobrecolateralização, subordinação ou coobrigação e a forma como essas garantias foram utilizadas durante o exercício: As garantias da operação consistem em sobrecolateralização e estão descritas na Nota Explicativa nº 7.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais do patrimônio separado foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos patrimônios separados, e elaboradas de acordo com o disposto no art. 34 da ICVM nº 600, de 01 de agosto de 2018.

A emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 30 de setembro de 2020 foi autorizada pela Diretoria da Emissora em 25 de fevereiro de 2021.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Emissora estão apresentadas na Nota Explicativa nº 5.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais do patrimônio separado estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Emissora. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação dessas demonstrações financeiras exige que a Emissora faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

5 Principais políticas contábeis ao patrimônio separado

As políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente durante todo o exercício apresentado.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Quando aplicável, incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação.

b. Instrumentos financeiros

b.1) Ativos financeiros não derivativos

São classificados nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e (ii) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Emissora baixa um ativo financeiro relacionado ao patrimônio separado, se for o caso, quando tem seus direitos contratuais retirados, cancelados ou vencidos.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São representados por direitos creditórios, com pagamentos fixos ou calculáveis, que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os direitos creditórios são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

b.2) Passivos financeiros não derivativos

São representados substancialmente por obrigações por emissão dos CRAs, reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Emissora identifica que o Patrimônio Separado se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

c. Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Ativos financeiros

O Patrimônio Separado reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, quando aplicável.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Patrimônio Separado considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Patrimônio Separado, na avaliação de crédito e suas garantias, considerando informações prospectivas.

Entendemos como adequada a aplicação da Instrução CVM nº 489/11 para a contabilização dos direitos creditórios e o consequente reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável dos direitos creditórios da emissão.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos e ao Patrimônio Separado de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Patrimônio Separado espera receber).

Em decorrência da relação estabelecida entre a Emissora e o Patrimônio Separado objeto de divulgação, se concluído como necessário o registro uma provisão para suportar eventuais perdas, os seus respectivos impactos serão igualmente registrados contabilmente no passivo do Patrimônio Separado. Considerando a estrutura financeira da operação de securitização, as garantias a ela agregadas, bem como a expectativa de evolução e recebimento dos recebíveis-lastro da Emissão para a apuração de eventual provisão, são considerados adicionalmente os requisitos a seguir:

- Com relação aos devedores: será considerada a situação atual de cada crédito que lastreia a emissão, mediante classificação em (i) em dia e (ii) em atraso, classificado por número de parcelas em atraso.
- Com relação às garantias: será considerada a existência e respectiva capacidade de realização, na operação, das seguintes garantias: (i) coobrigação do cedente ou de terceiros (“fiança”), (ii) cessão fiduciária (“colateral”) e (iii) outras.
- Com relação às obrigações do Patrimônio Separado: serão considerados os valores relativos a (i) pagamentos futuros devidos aos investidores, (ii) despesas para administração da operação até seu encerramento e (iii) custos estimados com execução das garantias.

Ativos não financeiros

O valor contábil dos ativos não financeiros do Patrimônio Separado é revisto a cada data de apresentação das demonstrações financeiras, ou quando a Emissora identificar indicativos de redução no valor recuperável do ativo, para apurar se há indicação de perda

no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

d. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado e/ou expectativa futura, se a Emissora, em nome do Patrimônio Separado, tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, da seguinte forma:

Ativos contingentes

Não são reconhecidos nas informações anuais, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso.

Provisões para risco

São avaliados por assessores jurídicos e pela Emissora, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa - ou mesmo em função de eventuais situações que sugiram potenciais perdas futuras relacionadas à Emissão, que possa gerar uma saída de recursos e que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas.

Passivos contingentes

São incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos. Não são provisionados, mas divulgados, se classificados como perda possível e não provisionados, nem divulgados, se classificados como perda remota.

Em 30 de setembro de 2020 o patrimônio separado não possuía processos judiciais a serem apresentados.

e. Resultado

Receita com intermediação financeira

É formada pelo montante de juros, deságios/ágios, atualização monetária e outras eventuais receitas acessórias (encargos moratórios, multas, entre outras) auferidas nas carteiras de recebíveis do agronegócio.

Essas receitas são reconhecidas quando existe evidência convincente: (i) de que é provável que os benefícios econômicos financeiros poderão ser efetivamente auferidos, (ii) de que os custos associados e os riscos de possíveis cancelamentos puderem ser mensurados de maneira confiável; e (iii) de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

f. Despesa com intermediação financeira

É formada pelo montante de juros, ágios/deságios e atualização monetária apuradas nos Certificados de Recebíveis do Agronegócio emitidos, bem como demais despesas vinculadas diretamente à emissão desses certificados.

Essas despesas são reconhecidas quando existe evidência convincente: (i) de que os custos associados e os riscos de possíveis cancelamentos puderem ser mensurados de maneira confiável; e (ii) de que o valor da despesa operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável que ganhos adicionais serão oferecidos aos investidores e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, o ganho é reconhecido como uma elevação da despesa operacional conforme as demais despesas vinculadas às emissões sejam reconhecidas.

g. Resultado de operações sujeitas a regime fiduciário

É formado como consequência do processo de segregação das demonstrações financeiras dos patrimônios separados das demonstrações financeiras da securitizadora, dentre os quais se destacam a observância da legislação aplicável aos CRAs, representando a destinação do resultado apurado no exercício, para composição dos valores a serem suportados pelo investidor caso essas insuficiências venham efetivamente a impactar às expectativas de retorno da emissão ou por valores a serem destinados no encerramento da operação conforme estabelece as determinações legais.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	2.106	10.293
Total	2.106	10.293

O montante refere-se a fundo de despesas constituído na subscrição inicial dos CRAs e destinado para o pagamento das despesas de manutenção do patrimônio separado, no montante de R\$ 252 (R\$ 120 em 2019) e fundo de retenção no montante de R\$ 1.854 constituído no valor equivalente à projeção da próxima data de pagamento da

remuneração do CDCA, a ser informado pela Securitizadora à Devedora, conforme determinado no termo de securitização da operação.

No período de 21 de maio a 30 de setembro de 2019, o grupo de Caixa e equivalentes de caixa apresentava, além do fundo de despesas, o montante de R\$ 10.173 obtido na subscrição inicial da operação e retido para repasse à Devedora. Conforme determinado no termo de securitização, o repasse deste montante é condicionado a apresentação de garantias dos direitos creditórios que constituem o lastro da operação. O repasse deste montante retido foi feito conforme relacionado abaixo:

Liberação de recursos à Devedora – em R\$ mil	
Data	Montante
14/10/2019	(1.330)
05/11/2019	(1.176)
19/11/2019	(940)
29/11/2019	(4.000)
13/12/2019	(376)
20/12/2019	(260)
26/12/2020	(719)
16/01/2020	(483)
28/02/2020	(138)
04/03/2020	(600)
29/05/2020	(26)
Total	(10.048)

7 Direitos Creditórios do Agronegócio

Representam valores de operações de aquisição de recebíveis do agronegócio, efetuadas de acordo com as Leis nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o títulos de crédito do agronegócio e nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre a instituição do regime fiduciário. Essas operações têm condições de realização contratualmente estabelecidas e, dessa forma, caracterizam-se como empréstimos e recebíveis. Esse fato implica apresentação dos seus saldos a valor presente apurado pela taxa contratada.

Os recebíveis vinculados ao regime fiduciário constituem o lastro de CRAs emitidos nesse regime. Pela fidúcia, tais créditos ficam excluídos do patrimônio comum da Emissora, passando a constituir direitos patrimoniais separados, com o propósito específico e exclusivo de responder pela realização dos direitos dos investidores, exceto os com regime fiduciário com coobrigação.

i. Descrição dos direitos creditórios do agronegócio:

Emissão lastreada em direitos creditórios representado por Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (“CDCA”) emitido pela Fortaleza Agrícola Ltda., custodiados pela SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., vinculados em regime fiduciário para a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA, sendo

as 1ª, 2ª e 3ª séries da 11ª Emissão da Companhia, sob os registros ISIN BRECOACRA440, BRECOACRA457 e BRECOACRA465 e IF CRA019002S6, CRA019002S7 e CRA019002S8, respectivamente.

ii. Valores vencidos e a vencer, por faixa de vencimento, incluindo os montantes a vencer com parcelas vencidas:

Créditos vinculados

a.	por prazo de vencimento	30/09/2020	30/09/2019
i.	até 30 dias	-	-
ii.	de 31 a 60 dias	-	-
iii.	de 61 a 90 dias	-	-
iv.	de 91 a 120 dias	-	-
v.	de 121 a 150 dias	-	-
vi.	de 151 a 180 dias	-	-
vii.	de 181 a 360 dias	89	578
viii.	acima de 361 dias	17.600	17.600
b.	inadimplentes (valor das parcelas inadimplentes)	30/09/2020	30/09/2019
i.	vencidos e não pagos até 30 dias	-	-
ii.	vencidos e não pagos de 31 a 60 dias	-	-
iii.	vencidos e não pagos de 61 a 90 dias	-	-
iv.	vencidos e não pagos de 91 a 120 dias	-	-
v.	vencidos e não pagos de 121 a 150 dias	-	-
vi.	vencidos e não pagos de 151 a 180 dias	-	-
vii.	vencidos e não pagos de 181 a 360 dias	-	-
viii.	vencidos e não pagos acima de 361 dias	-	-

iii. Montante da provisão constituída e a sua movimentação durante o exercício:

Na análise da Securitizadora, não há provisão a ser constituída para os ativos vinculados ao patrimônio separado.

iv. Garantias relacionadas diretamente com os direitos creditórios:

A emissão conta com sobrecolateralização de direitos creditórios em sua estrutura. Em 30 de setembro de 2020, o montante de recebíveis que representa a sobrecolateralização é de R\$ 299 (R\$ 294 em 2019). Além disso, a emissão conta com cessão fiduciária de recebíveis e aval.

v. Procedimentos de cobrança dos direitos creditórios inadimplidos, incluindo a execução de garantias e custos envolvidos:

Os procedimentos de cobrança adotados pela Emissora iniciam-se imediatamente após a verificação de eventual inadimplência dos créditos, e leva em consideração fatores como, por exemplo, a capacidade de plantio e valor das garantias do devedor.

vi. Eventos de pré-pagamento ocorridos durante o exercício e o impacto sobre o resultado e a rentabilidade dos investidores:

Não houve no exercício eventos de pré-pagamento das operações.

vii. Informações sobre a aquisição substancial ou não dos riscos e benefícios da carteira, incluindo, a metodologia adotada pela Emissora para a definição dessa avaliação, os valores dos direitos creditórios adquiridos com ou sem retenção substancial de riscos e, para os direitos creditórios adquiridos sem retenção substancial de riscos, a segregação dos valores por entidade que reteve substancialmente os riscos e benefícios:

A emissora não assume a retenção de riscos e benefícios vinculados às emissões de Certificados de titularidade dos investidores.

8 Certificados de Recebíveis do Agronegócio

Referem-se a operações de captação de recursos no mercado financeiro, através de títulos de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA). Os CRAs são títulos de crédito nominativos, de livre negociação, lastreado em créditos agronegócio e constituem promessa de pagamento em dinheiro.

Os CRAs emitidos sob o regime fiduciário estão lastreados por créditos do agronegócio vinculados a esse regime, os quais ficam excluídos do patrimônio comum da Emissora. Os acompanhamentos desses CRAs são efetuados por agente fiduciário, legitimado a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores.

A totalidade dos títulos emitidos vinculados a este Patrimônio Separado apresenta as seguintes características:

a) Valores relativos à série e às suas principais respectivas características:

Prazo de vencimento:	39 meses
Taxa de juros efetiva:	5% a.a. + 100% da variação do Indexador para a série 1; 7% a.a. + 100% da variação do Indexador para a série 2; 1% a.a. para a série 3.
Indexador:	CDI
Periodicidade de Indexação:	Anual
Cronograma de amortização:	Amortização de 100% do principal na data de vencimento da operação.
Cronograma de pagamento de juros:	Anual

b) Principais direitos políticos inerentes a cada classe de certificado:

A série 1 é de classe sênior, e a ela está subordinada a série 2, de classe mezanino. A série 3 é da classe subordinada júnior, e está subordinada à série 2. O pagamento dos juros e amortização dos CRAs subordinados somente ocorrerão após tais eventos para os CRAs seniores e mezanino, os quais possuem prioridade.

c) Sumário das principais deliberações de investidores reunidos em assembleia durante o exercício:

Em 30 de setembro de 2020, a Emissora convocou Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“AGCRA”) tendo o seguinte tema como ordem do dia:

- (i) definição do Escriturador e Custodiante, que substituirão a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. (“SLW”), atual Escriturador e Custodiante dos CRAs, em razão da alteração de seu objeto social, onde deixará de atuar como instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e, por isso, estará impedida de exercer as funções de Escriturador e Custodiante;
- (ii) caso aprovada a matéria constante da alínea (i) acima, a aprovação da remuneração devida aos novos Escriturador e Custodiante para prestação 2 dos serviços de agente fiduciário, escrituração e custódia do CRA;
- (iii) caso aprovada a matéria constante da alínea (i) acima, a aprovação da cessão e transferência aos novos Escriturador e Custodiante de todas as obrigações, deveres, direitos e garantias previstos nos Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização);
- (iv) Liberação do limite de 10% (dez por cento) do Valor Mínimo de Garantia para a substituição Créditos Cedidos Fiduciariamente Inadimplidos vinculados a carteira de garantias, por Créditos Cedidos Fiduciariamente vincendos, observado que a Fortaleza terá até 31/12/2020, prorrogáveis por 30 dias a critérios da Securitizadora, para a substituição da totalidade dos Créditos

- Cedidos Fiduciariamente inadimplidos e, durante esse prazo: (a) a Securitizadora manterá o procedimento de cobrança extrajudicial dos títulos, contudo, não iniciará qualquer procedimento judicial contra os Devedores dos Créditos Cedidos Fiduciariamente inadimplidos bem como não incluirá os nomes dos Devedores no Serasa (b) manterá os recursos advindos dos pagamento dos Créditos Cedidos Fiduciariamente inadimplidos, enquanto não substituídos, retidos na Conta Centralizadora até a substituição da totalidade dos Créditos Cedidos Fiduciariamente inadimplidos;
- (v) desobrigação de a Devedora realizar a recomposição de garantias caso, na data de Verificação de Performance da carteira, o saldo das garantias apresentadas, já líquido daquelas duplicatas vencidas e não pagas por seus respectivos devedores por mais de 90 dias, somado ao saldo disponível na Conta Garantia não atendam à Razão de Garantia de Cessão Fiduciária determinada no termo de securitização da operação;
 - (vi) a ratificação dos procedimentos de cobrança praticados pela Securitizadora e Agente de Formalização e Cobrança sob os Créditos Cedidos Fiduciariamente inadimplidos até a data da Assembleia; e
 - (vii) autorização para a Emissora, Agente Fiduciário e os novos Escriturador e Custodiante praticarem todos e quaisquer atos para efetivação das deliberações acima, incluindo eventual alteração e registros dos documentos da oferta.

Após as devidas explicações feitas pela Securitizadora, as matérias constantes da ordem do dia foram colocadas em discussão e votação, de modo que:

- (i) Os Titulares dos CRAs Presentes aprovam a substituição da SLW e a contratação, em caráter permanente, dos seguintes prestadores de serviços (“Novos Prestadores de Serviços da Oferta”), ressaltando que a eficácia da substituição ora deliberada está condicionada à posterior celebração do termo aditivo do Termo de Securitização.

Prestação de Serviço	Novo Prestador	CNPJ	Remuneração (R\$)
Escriturador	Oliveira Trust DTVM S.A	36.113.876/0001-91	18.000,00 por ano
Custodiante	H.Commmcor DTVM Ltda	01.788.147/0001-50	27.000,00 por ano

Os Titulares dos CRAs estão cientes e concordam que, o novo Custodiante exercerá também a função de registrador do lastro, quando aplicável.

- (ii) Os Titulares dos CRAs Presentes aprovam a contratação do Novos Prestadores de Serviços da Oferta pelos valores descritos na tabela constante da alínea (i) acima, a serem pagos na forma das propostas apresentadas e de acordo com o quando definido no Termo de Securitização.
- (iii) Os Titulares dos CRAs Presentes aprovam a cessão e transferência aos Novos Prestadores de Serviços da Oferta de todas as obrigações, deveres, direitos

e garantias previstos nos Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

- (iv) Os Titulares dos CRAs Presentes aprovaram a liberação do limite de 10% (dez por cento) do valor mínimo de garantia para a substituição de créditos cedidos fiduciariamente inadimplidos vinculados a carteira de garantias, única e exclusivamente para os créditos vencidos durante o ano de 2020, por créditos cedidos fiduciariamente vincendos, respeitados todos os demais critérios de elegibilidade, e observado que a Devedora terá até 31/12/2020, prorrogáveis por mais 30 dias a critério da Securitizadora, para a substituição da totalidade dos créditos cedidos fiduciariamente e inadimplidos. Durante todo este prazo, a Securitizadora deverá manter o procedimento de cobrança extrajudicial dos títulos, sem ingressar com qualquer procedimento judicial. Após este prazo, caso não seja cumprido pela Devedora o cumprimento da substituição da totalidade dos créditos cedidos fiduciariamente, a Securitizadora deverá ingressar com ação judicial para cobrança dos títulos vencidos e não pagos ou convocar uma nova assembleia para deliberar sobre a falta de cumprimento desta deliberação. Também, a Securitizadora não poderá liberar qualquer valor excedente de qualquer das contas indicadas no Termo de Securitização, até que a cessão fiduciária esteja totalmente reestabelecida, a não ser que seja para cumprimento de eventos programados e descritos no Termo de Securitização dos CRAs.
- (v) Os Titulares dos CRAs Presentes aprovam a renúncia à obrigação da Fortaleza de recomposição de garantia caso apurado, na próxima data de verificação de performance, que o somatório do valor das duplicatas, das CPRF e dos recebíveis de compra e venda, deduzidos aqueles vencidos e não pagos por seus respectivos devedores por mais de 90 dias de seu respectivo vencimento, e do saldo disponível na conta garantia não atendem à razão de garantia cessão fiduciária. A próxima apuração deverá ser após decorrido o prazo aprovado no item (iv) acima
- (vi) Os Titulares dos CRAs Presentes ratificam os procedimentos de cobrança até aqui praticados pela Securitizadora e Agente de Formalização e Cobrança sob os créditos cedidos fiduciariamente inadimplidos até a data desta Assembleia. Ainda, deliberam que a Securitizadora deve observar, até a data aprovada para substituição dos créditos cedidos fiduciariamente, os procedimentos de cobrança no item (iv) acima.
- (vii) Os Titulares dos CRAs Presentes aprovam que a Companhia e o Agente Fiduciário pratiquem todo e qualquer ato necessário à formalização dos atos aqui deliberados, incluindo a formalização e registro dos instrumentos necessários.

Declarações e obrigações da SLW:

- 1) A SLW se obriga a prestar todas as informações e fornecer via original ou cópia de todos os documentos necessários para o exercício das funções que serão

assumidas pelos Novos Prestadores de Serviços da Oferta, dentro dos prazos estipulados pelos órgãos reguladores, sempre que solicitado pela Emissora ou pelos Novos Prestadores de Serviços da Oferta, ou por qualquer autoridade reguladora, fiscalizadora ou autorreguladora.

- 2) A SLW se compromete a se manter no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição pelos Novos Prestadores de Serviços da Oferta, permanecendo, responsável perante a Emissora e os Titulares dos CRAs e órgãos fiscalizadores e reguladores, por todos os atos praticados até a sua substituição.

9 Classificação de risco da emissão

Conforme determinado no Termo de Securitização, a emissão não será objeto de classificação de risco.

10 Principais prestadores de serviço

Conforme determinado no termo de securitização da operação, foi constituído Fundo de Despesas, com recursos obtidos das seguintes maneiras: (i) a subscrição e integralização dos CRAs; (ii) pagamento direto pela Devedora; (iii) por meio de desconto no Preço de Aquisição dos Créditos do Agronegócio, ou (iv) com recursos do Patrimônio Separado.

Os custos de manutenção da operação são inicialmente pagos pela Companhia securitizadora e, posteriormente, reembolsados com recursos do Fundo de Despesas.

Durante o exercício findo em 30 de setembro de 2020, foram pagos R\$ 1.272 de despesas com prestadores de serviços, sendo R\$ 797 pagos como *Fee* de Estruturação da operação, e R\$ 475 pagos aos prestadores de serviços responsáveis pela manutenção da operação (R\$ 1.903 em 2019, sendo R\$ 1.367 pagos como *Fee* de Estruturação da operação, e R\$ 536 pagos aos prestadores de serviços responsáveis pela manutenção da operação).

11 Eventos subsequentes

Com relação a eventos subsequentes, a Emissora confirma que a operação seguiu o fluxo esperado conforme o termo de securitização e assim não houve eventos subsequentes relevantes no contexto das demonstrações financeiras que necessitassem de algum tipo de ajuste ou divulgação, desde a data-base até a data de emissão destas demonstrações financeiras autorizadas pela Diretoria.

12 Outros Assuntos

- a. A Emissora afirma que não operou instrumentos financeiros derivativos nos exercício findo em 30 de setembro de 2020.

b. Relacionamento com os auditores independentes

Para o adequado gerenciamento e divulgação da existência de eventuais conflitos de interesse, a Emissora, como parte de suas práticas de governança corporativa, evidencia que não contratou quaisquer outros serviços, além da auditoria independente de suas demonstrações financeiras, dentre as quais estão consideradas as demonstrações financeiras desse Patrimônio Separado, junto à empresa KPMG Auditores Independentes, ou a quaisquer outras empresas ou pessoas a ela ligadas, direta ou indiretamente.

Em complemento, a Emissora observa premissas que a orientam no relacionamento com os seus auditores independentes. Essas premissas estabelecem: (a) que o auditor não representa a companhia em quaisquer níveis; (b) que as atividades gerenciais são estritamente reservadas para serem desempenhadas por funcionários da própria companhia, sendo responsabilidade destes o resultado do trabalho realizado; e (c) que os trabalhos a serem auditados foram realizados por profissionais sem quaisquer vínculos, diretos ou indiretos, com a empresa de auditoria independente contratada para emitir uma opinião acerca desses trabalhos.

Em consequência, a Emissora considera que estão preservadas a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.